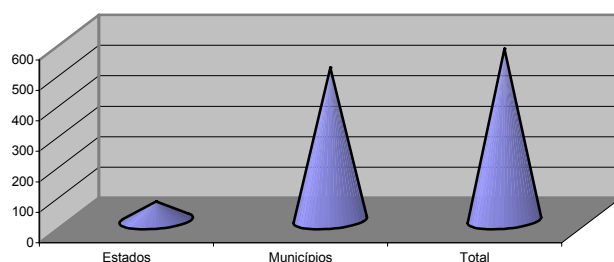


8 - AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS ENTES DA FEDERAÇÃO E TRANSPARÊNCIA FISCAL

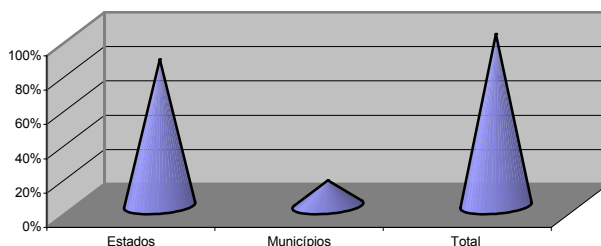
A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) atribuiu ao Ministério da Fazenda a competência de verificar, na forma definida pelo Senado Federal, o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada um dos entes da Federação, bem assim efetuar o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantindo o acesso público das informações. Nessa direção, a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, atribuiu ao Ministério da Fazenda a responsabilidade pelo exame de pedidos de autorização para a realização de operações de crédito dos entes da Federação, revogando a Resolução nº 78, de 1998, que atribuía a execução de tal atividade ao Banco Central do Brasil.

Com o intuito de se evitar solução de continuidade na execução das tarefas relativas às verificações determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Senado Federal, e objetivando contar ainda com a longa experiência do Banco Central no acompanhamento do endividamento dos entes da federação, em especial no exame de pleitos de operações de crédito, foi firmado em 31 de janeiro de 2002 Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria do Tesouro Nacional e aquele Banco Central, instrumento que tem viabilizado a transferência organizada das atividades à STN, por meio de uma ação planejada e articulada, propiciando a plena eficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

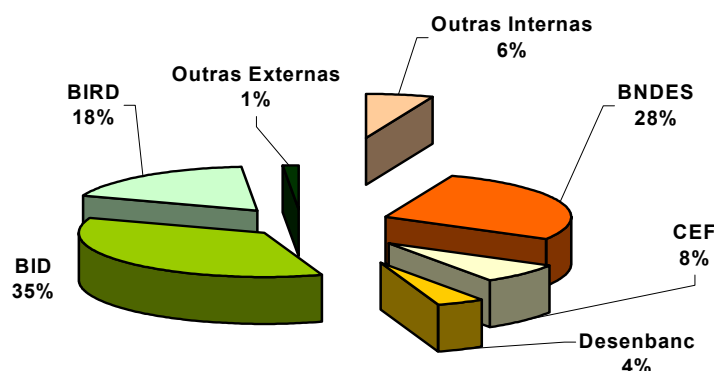
Na esteira desse processo, a Secretaria do Tesouro Nacional analisou 563 propostas de operações de crédito de interesse de estados e municípios. Conforme se verifica no gráfico abaixo, das 563 propostas, 62 foram de interesse dos estados e 501 dos municípios.



Quando se verificam os valores envolvidos, percebe-se que o gráfico inverte-se. Dos R\$ 6,3 bilhões autorizados, 85% referiram-se a operações de Estados, enquanto somente 15% aos municípios.



A distribuição das operações de crédito por Instituição Financiadora apresentou a seguinte configuração:



Na busca da transparência fiscal, um dos princípios basilares da Lei da Responsabilidade Fiscal, e em cumprimento aos seus arts. 31 e 32, que estabelecem que o Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, o nome dos entes que ultrapassaram os limites de dívidas e efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, a Secretaria do Tesouro Nacional vem adotando um conjunto de ações. Durante o exercício de 2002, por exemplo, foi aditado o convênio com a Caixa Econômica Federal, originalmente firmado para o atendimento do art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a possibilitar o acolhimento das informações relativas ao Relatório de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária dos Estados e de todos os municípios da Federação.

Essas informações que ora estão sendo colhidas de forma descentralizada pela Caixa Econômica Federal permitirá, logo nos primeiros meses de 2003, a disponibilização no *site* da STN (www.stn.fazenda.gov.br) de informações pormenorizadas sobre as contas de todos os estados e do Distrito Federal e de mais de 4.800 municípios brasileiros.

Vai ser possível saber o total das dívidas de curto e de longo prazo de cada município, quanto foi arrecadado de IPTU, de ISS, do Fundo de Participação dos Municípios, a cota do ICMS, quanto recebeu de transferências voluntárias ou se obteve alguma receita de alienação de bens. Informações sobre gastos com pessoal, investimentos realizados e operações de crédito contratadas no período também estarão disponíveis no site.

Mas, acima de tudo, vai ser possível saber se os municípios, os estados e o DF estão cumprindo os limites de dívida e de despesa com pessoal, determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e pelas Resoluções do Senado Federal.

Além da população dessas cidades, que a cada dia passa a ter mais opções de acesso à internet, seja mediante acesso direto, seja pela utilização de terminais instalados em colégios, associações, organizações não-governamentais, prefeituras, bibliotecas, etc., são potenciais usuários dessas informações também os parlamentares, os tribunais de contas, órgãos de controle interno, universidades, instituições financeiras, estudiosos de finanças públicas e a imprensa.

As informações a serem divulgadas pela STN destacam-se pelo pioneirismo do nível de detalhamento e pela fidedignidade dos dados, extraídos diretamente dos balanços e dos relatórios fiscais dos entes da Federação e significam grande avanço na direção da transparência das contas públicas, repita-se, um dos princípios fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal.